



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO
DIREITO CONSTITUCIONAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



141) Sobre a Justiça Eleitoral aponte a alternativa incorreta

- a) são órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral; os Tribunais Regionais Eleitorais; os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.
- b) o Tribunal Superior Eleitoral será composto, no mínimo, de sete membros.
- c) os membros do Tribunal Superior Eleitoral serão compostos por votação de três juízes, dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- d) os membros do Tribunal Superior Eleitoral serão compostos por nomeação pelo Presidente da República de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTA: “d”, pois está em desacordo com o artigo 119, II, sendo que no texto constitucional está previsto que estes dois juízes serão indicados pelo Supremo Tribunal Federal e não pelo Superior Tribunal de Justiça.

142) Sobre os Tribunais Regionais Eleitorais, aponte a assertiva correta

- a) haverá, no mínimo, um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de cada Estado e no Distrito Federal.
- b) os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão, mediante eleição, pelo voto público de dois juízes dentre os desembargadores do Tribunal Regional Federal.
- c) os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão, mediante eleição, pelo voto secreto de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
- d) os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal Regional Eleitoral.

RESPOSTA: “c”, de acordo com o artigo 120, §1º, I, b, da CF.

143) De acordo com o que está disposto na Constituição, aponte a alternativa incorreta

- a) os membros dos tribunais, os juízes de direito e os integrantes das juntas eleitorais, no exercício de suas funções, e no que lhes for aplicável, gozarão de plenas garantias e serão inamovíveis.
- b) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo os substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- c) são irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição.
- d) são irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de habeas corpus ou mandado de segurança.

RESPOSTA: “c”, pois está em desconformidade com o parágrafo terceiro do artigo 121, da CF.

144) Sobre as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais, assinale a alternativa correta

- a) somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa de lei.
- b) somente caberá recurso quando forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição.
- c) somente caberá recurso quando versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições estaduais.
- d) somente caberá recurso quando anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.
- e) somente caberá recurso quando denegarem habeas corpus.

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 121, §4º, IV, da CF.

145) A Justiça Militar está disposta entre os artigos 122 a 124 de nossa Constituição. Segundo consta no texto constitucional aponte a alternativa incorreta.

- a) são órgãos da Justiça Militar: o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.
- b) o Superior Tribunal Militar será composto por trinta e três Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira e civis, sendo estes civis escolhidos pelo Presidente da República, dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, sendo três advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e os demais, por escolha dentre Juízes auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar.
- c) à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei.
- d) a lei disporá sobre a organização, o funcionamento e a competência, da Justiça Militar.

RESPOSTA: “b”, pois de acordo com o artigo 123, da CF, o Superior Tribunal Militar é composto por quinze Ministros, enquanto o Superior Tribunal de Justiça é composto por trinta e três, no mínimo.

146) A Constituição, nos artigos 125 e 126, disciplina as normas gerais sobre os Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, que terá competência residual, ou seja, o que não for matéria da justiça federal, militar, trabalhista e eleitoral, será da justiça estadual. Diante desta informação assinale a alternativa que está em conformidade com o texto constitucional.

- a) a lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar Estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a cem mil integrantes.
- b) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, permitida a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- c) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares, inclusive quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- d) para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

RESPOSTA: “d”, conforme artigo 126, caput, da CF.

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

147) A Constituição Federal regulamenta, de forma genérica, a estrutura do Ministério Público, em seus artigos 127 a 130-A. De acordo com o que está disposto no texto constitucional aponte a alternativa incorreta

- a) são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- b) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado.
- c) ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa.
- d) pode propor ao Poder Legislativo, depois de autorizado pelo Poder Executivo, a criação de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

RESPOSTA: “d”, de acordo com o artigo 127, §2º, não está prevista a autorização do Poder Executivo.

148) O Ministério Público abrange diversos ramos, dispostos no artigo 128 de nossa Constituição, dentre as assertivas abaixo, qual não corresponde a esta listagem.

- a) o Ministério Público da União
- b) o Ministério Público dos Estados.
- c) o Ministério Público Militar.
- d) o Ministério Público do Trabalho
- e) o Ministério Público Eleitoral.

RESPOSTA: “e”, pois o Ministério Público Eleitoral não está previsto na Constituição, sendo que perante a Justiça Eleitoral é exercido pelos Ministério Público dos Estados e pelo Ministério Público Federal.

149) Sobre a Chefia do Ministério Público da União e dos Estados, respectivamente, Procurador Geral da República e Procurador Geral da Justiça, de acordo com o que está disposto em nossa Constituição, aponte a assertiva correta.

- a) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- b) A destituição do Procurador Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria do Senado Federal.
- c) Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, para escolha de seu Procurador Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- d) os Procuradores Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria simples do Poder Legislativo.

RESPOSTA: “b”, pois está em conformidade com o artigo 128, § 2º, da CF.

150) Os membros do Ministério Público possuem uma série de garantias e proibições, dispostas no artigo 128, §5º, I e II, da CF. De acordo com o que está disposto na Constituição, aponte a alternativa incorreta.

- a) garantia de vitaliciedade , após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) garantia de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- c) vedação de exercer a advocacia.
- d) vedação de participar de sociedade comercial, na forma da lei.
- e) vedação de exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

RESPOSTA: “e”, pois de acordo com o inciso II, d, do parágrafo quinto do artigo 128, o exercício de uma atividade de magistério é permitida.